

1 ATA DA DUCENTÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
2 ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA TREZE DE MARÇO DE 2014, NA SEDE
3 DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA-
4 SEMDESC. HORÁRIO:13h46min. QUORUM DE ABERTURA: Constatada a presença dos
5 conselheiros (as): Maria Martins Silva Gomes (representante da sociedade civil – Associação Natal
6 Justino da Costa); Eudes Barbosa da Costa (representante do governo - Gabinete); Severina Alda
7 Aguiar (representante da sociedade civil - Núcleo dos Assistentes Sociais); Neuzira Cardoso Otoni
8 (representante da sociedade civil - Representante dos Psicólogos); Clarice José Pires
9 (Representatividade da Sociedade Civil – APAE); Gilmar da Silva Lima (representante do governo
10 - SEMDESC); Lucidalva Barreto dos Santos (representante da sociedade civil - Núcleo dos
11 Assistentes Sociais); e Daniel Furtado Lemos (representante do governo - SESAU). Ainda
12 presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC, Kamilla de Souza Sales e Larissa
13 Carolina Barros Menezes, Assessora Especial e Chefe da Divisão dos Conselhos ligados à Área
14 Social, respectivamente, e a estagiária de serviço social Eliene Aparecida Rodrigues de Brito. A
15 presidente Lucidalva iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e apresentando Eliene
16 estagiária do curso de serviço social, que está sob sua supervisão de estágio. Procedendo ao
17 primeiro ponto de pauta: "*Relatórios SIM SUAS referentes ao mês de fevereiro/2014*", solicitou que
18 a gestão apresentasse junto ao relatório do mês de referência dados do mês anterior para a
19 realização de um comparativo, como forma de situar o Conselho quanto ao desenvolvimento dos
20 serviços. Alda afirmou que percebe junto aos dados evidenciados nos relatórios que a proposta de
21 fortalecimento de vínculos é bastante fragilizada, pois os atendimentos individuais não expressam
22 uma proposta de atendimento com centralidade na família. Lucidalva ressaltou que os relatórios são
23 analisados justamente para se refletir acerca da prática de atendimento nos equipamentos. E
24 colocando os relatórios para aprovação foram aprovados da seguinte forma: Eudes (aprova); Clarice
25 (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva (aprova); Maria (aprova); Neuzira (aprova); e Daniel
26 (aprova). Passando ao segundo ponto de pauta "*Relatórios das comissões sobre as visitas*", a
27 conselheira Neuzira procedeu a leitura dos relatórios das visitas realizadas pela comissão formada
28 pela mesma e os conselheiros Eudes e Daniel, tendo visitado os seguintes equipamentos: Cadastro
29 Único, informando que na visita foi questionado junto ao gestor, sr. Adão as condições de
30 funcionamento do Conselho Gestor do Programa Bolsa Família, sendo informado pelo mesmo que
31 estão em fase de reativação. Foi informado ainda o investimento do recurso do IGD do Bolsa
32 Família para pagamento de profissionais e aquisição de veículo. Os conselheiros presentes
33 questionaram a aplicação do recurso sem a consulta, tampouco deliberação do CMAS. Dessa forma,
34 os conselheiros deliberaram por solicitar a gestão do Programa o valor do recurso disponível e o
35 planejamento das ações (plano de aplicação) para o ano de 2014, pois acredita-se que possa haver
36 outras formas de aplicação do recurso que venham realmente a incidir qualitativamente no

37 atendimento às famílias mais vulneráveis do município. Alda falou ainda da importância da
38 realização de audiências públicas de fato, com legítima participação da população, conduzidas pela
39 gestão do Programa Bolsa Família. Falou-se ainda da forma equivocada de acompanhamento do
40 descumprimento das condicionalidades pelos CRAS's, quando na verdade deveria estar-se
41 acompanhando as condicionalidades para que não terminem em descumprimento e mera
42 penalização das famílias beneficiárias. Diante as situações colocadas deliberou-se por enviar ofício
43 ao gabinete do prefeito, com cópia a secretaria de governo, e ao gestor do Programa, enfatizando o
44 papel do CMAS no acompanhamento e fiscalização das ações do Programa Bolsa Família no
45 município, e como isto vem sendo desconsiderado. Em seguida Neuzira passou a leitura do relatório
46 da visita à Casa do Caminho, sendo informado o atendimento de adolescente desacompanhado de
47 responsável, mesmo que de forma pontual, mas ainda encaminhado pelo Conselho Tutelar. Os
48 conselheiros discutiram a gravidade e forma equivocada de encaminhamento de adolescente quando
49 o equipamento não foi estruturado para atender este público, sendo um equipamento para
50 acolhimento de adultos. Alda falou da importância da implantação do plantão social para
51 atendimento noturno e em finais de semana, como forma de qualificar o atendimento no momento
52 de atender as demandas da assistência social, quando estas ocorrem fora do horário comercial. E
53 ainda da necessidade de evolução das políticas públicas de forma tecnicizada atendendo as
54 exigências atuais. Outro ponto colocado no relatório refere-se a contratação de equipe técnica
55 exclusiva para atendimento no serviço e não apenas o referenciamento ao CREAS, sendo discutido
56 ainda o aumento da subvenção às entidades prestadoras de serviço, que deveria haver critérios de
57 elegibilidade e ainda de complexidade do serviço no momento de definir os valores a serem
58 repassados, e mesmo a participação do CMAS, enquanto instância de controle. Neuzira falou ainda
59 que quanto a visita a Casa Lar o relatório será repassado na próxima reunião. Seguindo ao terceiro
60 ponto de pauta " *Audiência Pública*", Kamilla comunicou que a Factu disponibilizou o seu
61 auditório, sendo então agendado para este local, no dia 29 de abril. Lucidalva falou da importância
62 de as entidades fazerem uma reunião com uma comissão do Conselho para repassar o material a ser
63 apresentado por estas, sendo agendado para o dia 15 de abril, com participação dos conselheiros
64 Lucidalva, Neuzira, Maria e Alda. Seguindo ao quarto ponto de pauta " *Agendamento de reunião
65 conjunta com o CMDCA, Poder Judiciário e Ministério Público*", Lucidalva colocou a necessidade
66 de se definir uma data para realização desta reunião, que objetiva a discussão de questões urgentes
67 afetas ao atendimento de crianças e adolescentes no município, sendo sugerido que se procure o
68 Judiciário e o Ministério Público para uma adequação a agenda dos mesmos, ficando a cargo da
69 Secretaria Executiva a realização do contato. Como " *Informes Gerais*", Lucidalva procedeu a leitura
70 do convite da Audiência Pública do Conselho Municipal do Idoso - CMI de Unaí-MG, no dia 19 de
71 março. Outro convite referiu-se a evento do Cadastro Único, promovendo a abertura dos trabalhos
72 para o ano de 2014, a ser realizado no dia 14 de março. O secretário e conselheiro Gilmar falou da

73 mudança de local do CRAS Pólo 1, especialmente da dificuldade de locação de um imóvel que
74 atenda o determinado em Conferência, qual seja a mudança para os bairros mais vulneráveis.
75 Solicitando a colaboração dos conselheiros na localização do imóvel. Em seguida Gilmar colocou
76 para apreciação da Plenária cópia impressa do Plano de Serviços do Piso Mineiro da Assistência
77 Social para o ano de 2014, que trazia proposta de investimento do recurso no valor anual de R\$
78 244.200,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais) para o cofinanciamento do PAIF e
79 de Benefício Eventual na modalidade de auxílio natalidade. O mesmo está com prazo limite até o
80 dia primeiro de abril para aprovação do CMAS e envio ao Estado para análise técnica. Os
81 conselheiros questionaram quanto a como será implementado o auxílio natalidade, e de como ficará
82 a proposta da Casa de Apoio à Gestante junto ao CRAS Pólo 2. Lucidalva falou da preocupação
83 como está sendo realizado o trabalho da Casa de Apoio à Gestante que tem funcionado como um
84 serviço a parte do CRAS e não como a este referenciado. Alda enfatizou a distorção da proposta
85 inicial para a Casa, e da importância de se resgatar o proposto. O secretário Gilmar propôs esperar a
86 realização do concurso para que haja uma ação de reordenamento, pois as condições de trabalho da
87 equipe atualmente são bastante precárias. Lucidalva falou da necessidade de reunir a comissão do
88 Conselho com os técnicos dos equipamentos e a gestão para discutir os critérios de implantação do
89 serviço. Colocando para aprovação o Plano, o mesmo foi aprovado da seguinte forma: Eudes
90 (aprova); Clarice (aprova); Gilmar (aprova); Lucidalva (aprova); Maria (aprova); Neuzira (aprova);
91 e Daniel (aprova). Informou-se ainda intencionalidade da gestão no Aceite do cofinanciamento
92 Federal do Serviço de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, do qual o
93 município de Unaí está elegível, devendo ser realizado por meio eletrônico até o dia 24 de março. O
94 aceite por parte do município prevê algumas mudanças, especialmente no aumento do valor
95 percapita do recurso atualmente repassado, mas também responsabilidades, vez que deverá ser
96 apresentado um plano de reordenamento do serviço em até seis meses após a adesão, nos moldes
97 das regulamentações, especialmente as Orientações Técnicas. Sendo colocado em aprovação, o
98 mesmo foi aprovado da seguinte forma: Eudes (aprova); Clarice (aprova); Gilmar (aprova);
99 Lucidalva (aprova); Maria (aprova); Neuzira (aprova); e Daniel (aprova). Lucidalva informou ainda
100 que quanto a solicitação de transporte para a criança atendida pela APAE, a empresa São Cristovão
101 manifestou-se contrária a atender o caso. Os conselheiros deliberaram por enviar ofício a APAE
102 comunicando o posicionamento da empresa frente ao caso, recomendando que a entidade acione o
103 Ministério Público e o Judiciário, remetendo retorno a este Conselho das providências. Desse modo,
104 a presidente Lucidalva Barreto dos Santos encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e
105 eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes.
106 ENCERRAMENTO:17h31min.